Seguro de Acidentes de Trabalho: uma história que começa em 1913

Autor(es): Alvaleide, António

Publicado por: Imprensa da Universidade de Coimbra

URL persistente: URI:<http://hdl.handle.net/10316.2/41084>

DOI: DOI:https://doi.org/10.14195/1647-8630_25_2

Accessed : 26-Apr-2023 02:03:30

A navegação consulta e descarregamento dos títulos inseridos nas Bibliotecas Digitais UC Digitalis, UC Pombalina e UC Impactum, pressupõem a aceitação plena e sem reservas dos Termos e Condições de Uso destas Bibliotecas Digitais, disponíveis em <https://digitalis.uc.pt/pt-pt/termos>.

Conforme exposto nos referidos Termos e Condições de Uso, o descarregamento de títulos de acesso restrito requer uma licença válida de autorização devendo o utilizador aceder ao(s) documento(s) a partir de um endereço de IP da instituição detentora da supramencionada licença.

Ao utilizador é apenas permitido o descarregamento para uso pessoal, pelo que o emprego do(s) título(s) descarregado(s) para outro fim, designadamente comercial, carece de autorização do respetivo autor ou editor da obra.

Na medida em que todas as obras da UC Digitalis se encontram protegidas pelo Código do Direito de Autor e Direitos Conexos e demais legislação aplicável, toda a cópia, parcial ou total, deste documento, nos casos em que é legalmente admitida, deverá conter ou fazer-se acompanhar por este aviso.

REVISTA PORTUGUESA

do Dano Corporal

Corporal Revista Portuguesa do Dano Corporal Revista Portuguesa do Dano Corporal
al Revista Portuguesa do Dano Corporal Revista Portuguesa do Dano Corporal
portuguesa do Dano Corporal Revista Portuguesa do Dano Corporal Revista Portuguesa do Dano Corporal
do Dano Corporal Revista Portuguesa do Dano Corporal Revista Portuguesa do Dano Corporal
il Revista Portuguesa do Dano Corporal Revista Portuguesa do Dano Corporal Revista Portuguesa do Dano Corporal
o Corporal Revista Portuguesa do Dano Corporal Revista Portuguesa do Dano Corporal Revista Portuguesa do Dano Corporal
ortuguesa do Dano Corporal Revista Portuguesa do Dano Corporal Revista Portuguesa do Dano Corporal
orporal Revista Portuguesa do Dano Corporal Revista Portuguesa do Dano Corporal
il Revista Portuguesa do Dano Corporal Revista Portuguesa do Dano Corporal
do Dano Corporal Revista Portuguesa do Dano Corporal Revista Portuguesa do Dano Corporal
ortuguesa do Dano Corporal Revista Portuguesa do Dano Corporal Revista Portuguesa do Dano Corporal
o Corporal Revista Portuguesa do Dano Corporal Revista Portuguesa do Dano Corporal
o Corporal Revista Portuguesa do Dano Corporal Revista Portuguesa do Dano Corporal

DEZ 2014 • ANO XXIII • N.º 25

APADAC
ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA
DE AVALIAÇÃO
DO DANO CORPORAL

I
IMPRENSA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS
U

Seguro de Acidentes de Trabalho

Uma história que começa em 1913

António Alvaleide¹

1913 – Responsabilidade do empregador pelos acidentes de trabalho

Em 24 de julho de 1913 foi publicada a Lei nº 83 que instituiu a responsabilidade dos empregadores pela reparação por acidente de trabalho.

Tornou eficaz o princípio da responsabilidade patronal nos desastres no trabalho, utilizando a linguagem de então.

«As entidades responsáveis pelas indemnizações e encargos provenientes dos acidentes de trabalho são:

a) As empresas e os patrões que explorem uma indústria;

b) O Estado e as corporações administrativas para com os operários ao seu serviço se as leis vigentes e os regulamentos não determinarem indemnizações superiores.»

Assim, já desde 1913 que a legislação portuguesa atribui ao empregador a responsabilidade pelos acidentes de trabalho de que sejam vítimastrabalhadores ao seu serviço.

Consagra um conceito de acidente de trabalho bastante evoluído para a época e de mais fácil interpretação do que alguns conceitos posteriores.

Constitui acidente de trabalho:

«1º Toda a lesão externa ou interna e toda a perturbação nervosa ou psíquica, que resultem da ação duma violência exterior súbita, produzida durante o exercício profissional.

¹ Diretor de Serviço a Clientes da Liberty Seguros

2º As intoxicações agudas produzidas durante e por causa do exercício profissional, e as inflamações das bolsas serosas profissionais.»

Será de salientar que a legislação contempla simultaneamente os acidentes de trabalho e as doenças profissionais.

Esta Lei estabelece uma presunção no sentido de que «o acidente sucedido durante a execução do trabalho será considerado, até prova em contrário, como proveniente dessa execução.»

É consagrada uma relevante regra referente à designação do médico assistente.

«É permitida à vítima a escolha de médico, quando se não queira sujeitar à assistência do que lhe for indicado, apenas nos casos de alta cirurgia.»

Consagra-se a partir de 1913 a responsabilidade do empregador, mas quanto ao seguro, ou seja, quanto à transferência dessa responsabilidade, a mesma é ainda facultativa.

«As entidades responsáveis pelas pensões e tratamento clínico poderão passar a sua responsabilidade para sociedades mútuas de patrões ou companhias desseguros autorizadas; e para associações de socorros mútuos, pelas indemnizações e tratamento clínico, devidos em caso de incapacidade temporária.»

1919 – Seguro social obrigatório de acidentes de trabalho

O Decreto nº 5637, de 10 de maio de 1919, veio instituir «o Seguro Social Obrigatório contra os desastres no trabalho.»

Artigo 1º

«É decretado em Portugal o Seguro Social Obrigatório contra desastres no trabalho, abrangendo todos os riscos profissionais por conta doutro indivíduo ou entidade nos diversos ramos de atividade intelectual ou material, quer sejam exercidos isoladamente, quer coletivamente.»

Parágrafo único

«O seguro dos salarizados e empregados de todas as profissões é obrigatório para o patrão, abrangendo os indivíduos ao seu serviço que recebam salário, ordenado ou remuneração de qualquer ordem.»

Este seguro social é obrigatório para os trabalhadores por conta de outrem e tem como garantias as prestações referentes a assistência clínica, hospitalar ou não, medicamentos e indemnizações.

Artigo 2º

«Os inscritos no seguro obrigatório contra desastres no trabalho durante o exercício profissional, terão direito a assistência clínica, hospitalar ou não, medicamentos e indemnizações consignados neste decreto com força de lei, sempre que sejam vítimas no exercício dessas funções e que produzam doença, incapacidade temporária, permanente, parcial ou total, ou morte.»

Estabelece a equiparação de retribuição para as incapacidades definitivas.

Artigo 13º, parágrafo 1º

Para ... os aprendizes, quer «recebam salário quer não, será a indemnização calculada, no caso de incapacidade definitiva, pelo salário do operário válido da mesma categoria e da mesma empresa...»

Esta disposição prevê que a indemnização seja calculada não com base na retribuição que o aprendiz sinistrado auferia à data da ocorrência do acidente, mas pela remuneração do operário da mesma categoria e da mesma empresa.

Acautela, assim, o prejuízo que o sinistrado teria em termos futuros, pois seria definitivamente indemnizado com base em um salário inferior ao que provavelmente viria a receber se não tivesse sido vítima do acidente.

No entanto, tem o cuidado, para não dizer o bom senso, de consagrar a equiparação da retribuição para situações definitivas e não para situações temporárias, onde tal regra não faz qualquer sentido.

Relativamente a casos de incapacidades temporárias de curta duração não se justifica que se faça a mencionada equiparação, provocando que o sinistrado enquanto está de baixa temporária receba mais de indemnização salarial do que auferiria de retribuição se estivesse a trabalhar.

No entanto, a atual Lei de Acidentes de Trabalho fá-lo, o que constitui um dos vários retrocessos que apresenta.

1936 – Lei nº 1942 – Lei que já apresenta desenvolvimento e complexidade assinaláveis

Regula o direito às indemnizações por efeito de acidentes de trabalho ou doenças profissionais.

Redefine entidades responsáveis.

«As entidades responsáveis pelas indemnizações e mais encargos provenientes de acidentes de trabalho são:

1º As pessoas singulares e as coletivas de direito público ou privado que utilizem o trabalho;

2º O empreiteiro ou subempreiteiro quando se obriga respetivamente para com o proprietário ou empreiteiro a executar a obra e não esteja sob a direção efetiva destes.»

Estabelece regras respeitantes a condições de segurança, distinguindo o incumprimento imputável ao sinistrado do imputável ao empregador.

- Incumprimento por parte do sinistrado

Não é acidente de trabalho o que provier de ato da vítima em que em que se diminuam as condições de segurança do trabalho estabelecidas pela entidade patronal ou exigidas pela natureza particular do trabalho.

- Incumprimento por parte do empregador
- Responsabilidade agravada por parte do empregador
- Responsabilidade subsidiária por parte do segurador

Assim, ocorrendo um acidente de trabalho causado por incumprimento de condição de segurança imputável ao empregador, a responsabilidade é agravada e o segurador é responsabilizado subsidiariamente, isto é, responderá se e quando aquele não tiver meios para o fazer.

Prevê a remição das pensões, ou seja, o pagamento das mesmas através da entrega de um capital (de remição) e não através do pagamento periódico de prestações para pensões até determinado valor.

Permite a possibilidade de existirem empregadores dispensados de celebrarem contrato de seguro de acidentes de trabalho, desde fizessem prova anual da sua capacidade financeira.

No que concerne à revisão de pensões consagra o prazo limite de 5 anos.

«Qualquer interessado pode requerer a revisão das pensões por incapacidade permanente, durante o prazo de cinco anos, a contar da data da homologação do acordo ou do trânsito em julgado da sentença, alegando modificação na capacidade geral de ganho.»

1971 – Lei nº 2127, 3 de agosto de 1965

Esta Lei e o seu Regulamento (Decreto nº 360/71, de 21 de agosto) vigoraram de novembro de 1971 a 31 de dezembro de 1999.

O acidente verificado na deslocação da residência para o local de trabalho e no regresso deste para aquela apenas era considerado como de trabalho em determinadas circunstâncias.

Acidente no trajeto:

«Na ida para o local do trabalho ou no regresso deste, quando for utilizado meio de transporte fornecido pela entidade patronal, ou quando o acidente seja consequência de particular perigo do percurso normal ou de outras circunstâncias que tenham agravado o risco do mesmo percurso.»

No entanto, a então apólice uniforme do seguro de acidentes de trabalho para trabalhadores por conta de outrem contemplava a possibilidade de contratação facultativa e complementar do risco no trajeto, também conhecido por «in itinere».

Vigorava uma Condição Especial que, sob a epígrafe «cobertura dos riscos de trajeto («in itinere»)», considerava o seguinte:

- a) «Trajeto normal – o percurso habitualmente utilizado pelo trabalhador, desde a porta de acesso da sua habitação para as áreas comuns do edifício da sua residência, ou para a via pública, e até às instalações que constituem o seu local de trabalho.
- b) Necessária duração da deslocação – o período de tempo habitualmente gasto para efetuar o trajeto direto entre a residência e o respetivo local de trabalho.»

Esta cláusula tinha uma redação clara que permitia interpretações precisas. As fronteiras entre o início e o fim do risco no trajeto estavam bem definidas.

Se o trabalhador morasse num apartamento estaria garantido a partir do momento em que saísse do mesmo e acesse às áreas comuns do edifício; se vivesse numa moradia, a partir do momento em que chegasse à via pública.

Veremos mais adiante que o legislador da atual Leicriou uma nova regra que abrange situações que nada têm a ver a necessária deslocação para o trabalho e no regresso deste.

1981 – Doenças profissionais

O contrato de seguro de acidentes de trabalho para trabalhadores por conta de outrem deixa de abranger as doenças profissionais.

«A Caixa (Nacional de Seguros de Doenças Profissionais) abrangerá, de início, a cobertura do risco da silicose e, se necessário, estender-se-á às demais pneumoconioses e a outras doenças profissionais.»

O Decreto-Lei n.º 478/73, de 27 de setembro, estendeu o âmbito da Caixa Nacional de Seguros de Doenças Profissionais à generalidade das entidades empregadoras das atividades de comércio, indústria e serviços.

O Decreto-Lei nº 200/81, de 9 de julho, determinou a integração no regime geral de segurança social da proteção do risco de doença profissional, que, assim, ficou desligada da atividade seguradora desde 1 de outubro de 1981.

Desde esta data o contrato de seguro de acidentes de trabalho para trabalhadores por conta de outrem apenas garante os acidentes de trabalho, ficando as doenças profissionais a cargo da referida Caixa que, posteriormente, alterou a sua designação para Centro Nacional de Proteção contra os Riscos Profissionais.

No entanto, as sucessivas leis de acidentes de trabalho continuaram a contemplar as doenças profissionais, embora não garantidas através dos contratos de seguros.

2000 – Lei nº 100/97, de 13 de setembro

Esta Lei e o seu Regulamento (Decreto Lei nº 143/99, de 30 de abril) vigoraram de 1 de janeiro de 2000 a 31 de dezembro de 2009.

Altera fórmulas de cálculo de prestações pecuniárias - elimina o conceito de retribuição-base.

Os cálculos passam a incidir diretamente sobre o salário ílquido, através da aplicação de percentagens.

Anteriormente antes da aplicação das percentagens, existia uma redução da parte do valor remuneratório que excedesse o então designado salário mínimo nacional, atual retribuição mínima mensal garantida (RMMG).

Alarga o conceito de acidente no trajeto, integrando no mesmo a até então cobertura complementar e facultativa conhecida por «in itinere», ou seja, acidente no trajeto.

Transpõe-se para a legislação de acidentes de trabalho o previsto na condição especial da apólice uniforme do seguro de acidentes de trabalho para trabalhadores por conta de outrem, atrás referida.

«Entre a sua residência habitual ou ocasional, desde a porta de acesso para as áreas comuns do edifício ou para a via pública, até às instalações que constituem o seu local de trabalho.»

Prevê a união de facto.

Até à entrada em vigor desta Lei, a união de facto não estava contemplada na legislação de acidentes de trabalho.

Quem viva em união de facto passa a ter os mesmos direitos do que o cônjuge.

Para efeitos de acidente de trabalho considera-se união de facto quem preencha os requisitos previstos no artigo 2020º do Código Civil.

«Aquele que, no momento da morte de pessoa não casada ou separada judicialmente de pessoas e bens, vivia com ela há mais de dois anos em condições análogas às dos cônjuges, ...».

Desaparece a possibilidade do «auto seguro».

Os empregadores a quem era reconhecida capacidade económica para, por conta própria, cobrir os riscos previstos na legislação de acidentes de trabalho, estavam dispensados de transferir esta responsabilidade.

Esta Lei elimina esta isenção.

Será de salientar que o direito à reparação por acidente de trabalho abrange diversas prestações, quer pecuniárias, quer em espécie, que poderão ser vitalícias, ou seja, até ao falecimento dos beneficiários, acautelando-se através do seguro que haja sempre quem responda pelas mesmas.

Assim, desde 1 de janeiro de 2000 que todos os empregadores privados são obrigados a celebrar contrato de seguro de acidentes de trabalho para garantirem os trabalhadores ao seu serviço.

Trabalhadores independentes

Obrigatoriedade de celebração de seguro de acidentes de trabalho para os trabalhadores por conta própria.

A partir de 1 de janeiro de 2000 o seguro de acidentes para trabalhadores independentes passou a ser de contratação obrigatória, passando assim os trabalhadores por conta própria a ter as mesmas garantias do que os trabalhadores por conta de outrem, embora aqueles já pudessem celebrar seguros de acidentes de trabalho com as mesmas coberturas destes. No entanto, não era obrigatório fazê-lo.

2008 – Tabela Nacional de Incapacidades por Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais (TNI) e Tabela Nacional para a Avaliação de Incapacidades Permanentes em Direito Civil

Em 23 de outubro de 2007 foi publicada a revisão e atualização da Tabela Nacional de Incapacidades por Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais (TNI), cuja vigência começou no início do ano seguinte.

A anterior Tabela previa na alínea a) do nº 5 das Instruções Gerais o seguinte:

«Sempre que se verifique perda ou diminuição de função inerente ou imprescindível ao desempenho do posto de trabalho que ocupava com caráter permanente, os coeficientes de incapacidade previstos são bonificados com uma multiplicação pelo fator 1,5, se a vítima não for reconvertível em relação ao posto de trabalho ou tiver cinquenta anos ou mais.»

A atual Tabela, também na alínea a) do nº 5 das Instruções Gerais, contempla o seguinte:

«Os coeficientes de incapacidade previstos são bonificados, até ao limite da unidade, com uma multiplicação pelo fator 1,5, segundo a fórmula: $IG+ (IG \times 0,5)$, se a vítima não for reconvertível em relação ao posto de trabalho ou tiver 50 anos ou mais quando não tiver beneficiado da aplicação desse fator.»

No que concerne ao fator de bonificação a diferença entre as redações da versão anterior e da atual consiste em que na versão vigente a atribuição do fator 1,5 deixou de estar dependente da verificação do seguinte pressuposto:

«...perda ou diminuição de função inerente ou imprescindível ao desempenho do posto de trabalho que ocupava com caráter permanente.»

O automatismo de tal bonificação para as vítimas com 50 anos ou mais não terá fundamento aceitável, nem médico, nem jurídico, podendo dar lugar à obtenção de um benefício indevido, ou seja, sem algo que o justifique.

A idade não deverá ser o único fator determinante, mas também, precisamente, a perda ou diminuição de função inerente ou imprescindível ao desempenho do posto de trabalho que ocupava com caráter permanente.

2010 – Lei atual – Lei nº 98/2009, de 4 de setembro

Regulamenta o regime de reparação de acidentes de trabalho e de doenças profissionais, incluindo a reabilitação e reintegração profissionais.

Apresenta em artigos distintos um conceito de acidente de trabalho «propriamente dito» e uma extensão do conceito.

No que respeita ao conceito, mantém-se a solução da legislação anterior:

«É acidente de trabalho aquele que se verifique no local e no tempo de trabalho e produza direta ou indiretamente lesão corporal, perturbação funcional ou doença de que resulte redução na capacidade de trabalho ou de ganho ou a morte.»

Relativamente à extensão do conceito, ou seja, quanto ao acidente que não ocorre no local e no tempo de trabalho, anteriormente consagrava-se o seguinte:

Considera-se também acidente de trabalho o ocorrido no trajeto de ida e de regresso para e do local do trabalho que se verifique no trajeto normalmente utilizado e durante o período de tempo ininterrupto habitualmente gasto pelo trabalhador entre a sua residência habitual ou ocasional, desde a porta de acesso para as áreas comuns do edifício ou para a via pública, até às instalações que constituem o seu local de trabalho.

Desaparece a frase «desde a porta de acesso para as áreas comuns do edifício ou para a via pública», o que constitui um claro retrocesso.

Esta frase clarificava e facilitava a interpretação, estabelecia os limites do trajeto.

A sua eliminação traduziu-se em tornar o conceito mais abrangente, passando o mesmo a garantir situações que nada têm a ver com o trabalho e com as necessárias deslocações.

O legislador parece esquecer que estamos perante uma responsabilidade do empregador que é – certo - de transferência obrigatória. No entanto, se essa transferência não for concretizada, quem terá de responder será a entidade empregadora.

Imagine-se um acidente ocorrido no logradouro da casa do trabalhador. O sinistrado está dentro de um espaço particular.

Em que exato local começa o trajeto protegido?

Estando o trabalhador dentro da área envolvente da residência, ainda não estará entre a residência e o local de trabalho, mas sim na residência. Não estará em risco de trajeto.

Um acidente ocorrido nestas circunstâncias enquadra-se na esfera de risco do próprio trabalhador, pois verifica-se num espaço por este controlado e a cujos riscos sempre estaria sujeito, mesmo que não se fosse trabalhar.

Revisão de incapacidades em Portugal

Como já foi referido, a legislação a portuguesa começou por estabelecer um prazo de 5 anos para se requerer a revisão das pensões por incapacidade permanente, alegando-se modificação na capacidade geral de ganho.

Solução que vigora atualmente em países bem mais desenvolvidos do que o nosso.

A Lei portuguesa ora vigente não contempla prazo de caducidade para se requerer exame de revisão das prestações.

Esta Lei veio eliminar o prazo, podendo o pensionista requerer até ao fim da sua vida exames de revisão, confundindo-se muitas vezes o natural envelhecimento com o agravamento da lesão.

«Quando se verifique uma modificação na capacidade de trabalho ou de ganho do sinistrado proveniente de agravamento, recidiva, recaída ou melhoria da lesão ou doença que deu origem à reparação, ou de intervenção clínica ou aplicação de ajudas técnicas (ora, designados por produtos de apoio) e outros dispositivos técnicos de compensação das limitações funcionais ou ainda de reabilitação e reintegração profissional e readaptação ao trabalho, a prestação pode ser alterada ou extinta, de harmonia com a modificação verificada.»

«A revisão pode ser requerida uma vez em cada ano civil.»

A possibilidade da revisão de incapacidades permanentes poder ser requerida vitaliciamente tornou-se um problema a vários títulos, incluindo no que respeita aos custos com exames e juntas médicas.

Trata-se de uma regra sem paralelo nos países mais próximos que provoca uma injustificável situação de insegurança jurídica. Constitui a consagração da imprevisão.

O prazo de 10 anosque delimitava o direito à revisão, consagrado na Lei anterior, constituía um prazo suficientemente dilatado para se poder considerar como consolidada a situação do sinistrado.

Conjugando-se esta situação com a possibilidade do sinistrado pelo simples facto de atingir 50 anos poder ver a sua desvalorização permanentemajorada pelo fator de 1,5, tornou-se prática habitual requerem-se exames de revisão.

Nos casos em que o coeficiente de desvalorização é aumentado e os sinistrados entretanto atingiram os 50 anos de idade, aplica-se, por regra, a majoração de 1,5.

Há, inclusivamente, situações em que mesmo não tendo havido agravamento da incapacidade, mas como os sinistrados requerentes do exame de revisão atingiram os 50 anos, é determinada a aplicação do fator 1,5 nas respetivas decisões judiciais.

Reabilitação e reintegração profissionais

A atual Lei apresenta inovações importantes referentes à reabilitação e reintegração profissionais.

Nova prestação em espécie: serviços de reabilitação e reintegração profissional e social, incluindo a adaptação do posto de trabalho.

Adaptação do posto de trabalho: o empregador deve assegurar a reabilitação profissional do trabalhador e a adaptação do posto de trabalho que sejam necessárias ao exercício das funções.

O empregador é obrigado a ocupar o trabalhador que, ao seu serviço, ainda que a título de contrato a termo, sofreu acidente de trabalho de que tenha resultado incapacidade temporária parcial ou incapacidade permanente, parcial ou absoluta para o trabalho habitual, em funções e condições de trabalho compatíveis com o respetivo estado.

Ao trabalhador, naquelas circunstâncias, é assegurada pelo empregador a formação profissional, a adaptação do posto de trabalho, o trabalho a tempo parcial e a licença para formação ou novo emprego.

Nova prestação pecuniária: frequência de ações no âmbito da reabilitação profissional.

O subsídio para frequência de ações no âmbito da reabilitação profissional necessárias e adequadas à reintegração do sinistrado no mercado de trabalho.

Este subsídio destina-se ao pagamento de despesas com ações que tenham por objetivo restabelecer as aptidões e capacidades profissionais do sinistrado sempre que a gravidade das lesões ou outras circunstâncias o justifiquem.

A atribuição do subsídio para a frequência de ações no âmbito da reabilitação profissional depende de o sinistrado reunir, cumulativamente, as seguintes condições:

- Ter capacidade remanescente adequada ao desempenho da profissão a que se referem as ações de reabilitação profissional;
- Ter direito a indemnização ou pensão por incapacidade resultante do acidente de trabalho;
- Ter requerido a frequência de ação ou curso ou aceite proposta do Instituto do Emprego e Formação Profissional ou de outra instituição por este certificada; e
- Obter parecer favorável do perito médico responsável pela avaliação e determinação da incapacidade.

Tratando-se de prestações incluídas no direito à reparação por acidente de trabalho, sendo esta reparação de transferência obrigatória para uma entidade seguradora, terá de concluir-se que estão abrangidas pelo contrato de seguro.

No entanto, o legislador consagrou expressamente que as novas prestações estão garantidas:

«Os encargos do empregador relativos à reintegração profissional e atinentes a sinistrados de acidentes de trabalho, enquadram-se no âmbito da responsabilidade transferida do empregador para o segurador».

Promoção e prevenção da segurança e da saúde no trabalho

Não se poderá analisar a temática dos acidentes de trabalho sem se referir esta importante questão.

Há que criar em Portugal uma cultura de promoção e prevenção da segurança e da saúde no trabalho.

A maior parte dos acidentes de trabalho em que as pessoas acidentadas ficam com alteração grave na funcionalidade resultam da falta de prevenção adequada.

Há que generalizar o exercício da atividade profissional em conformidade com as respetivas regras de segurança.

Há cumprir as mais elementares condições de segurança no trabalho.

As seguradoras deverão ter um papel relevante, apostando em ações de formação e de sensibilização, aproveitando a experiência que obtêm através dos acidentes de trabalho que regularizam, sem prejuízo de, nesta matéria, ser preponderante a atitude dos empregadores.

Resumo: Seguro de Acidentes de Trabalho - Uma história que começa em 1913.

Em 1913 consagra-se a responsabilidade do empregador pelos acidentes de trabalho.

1919 Institui-se o seguro obrigatório de acidentes de trabalho para trabalhadores por conta de outrem. Cabe ao empregador a responsabilidade pela celebração do contrato de seguro. O seguro de acidentes de trabalho assegura o pagamento das prestações previstas na Lei prevendo igualmente a reparação das doenças profissionais enquanto estiveram garantidas e que foram objeto de alteração para melhor clarificar a responsabilidade.

Em 2000 determina-se a obrigatoriedade da celebração do seguro de acidentes de trabalho para trabalhadores independentes.

Em 2007 é publicada a revisão e atualização da Tabela Nacional de Incapacidades por Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais e a primeira Tabela Nacional para a Avaliação de Incapacidades Permanentes em Direito Civil.

Em 2010 começa a vigorar a atual Lei de Acidentes de Trabalho que apresenta inovações importantes referentes à reabilitação e reintegração profissionais.

Nova prestação em espécie: serviços de reabilitação e reintegração profissional e social, incluindo a adaptação do posto de trabalho.

Adaptação do posto de trabalho: o empregador deve assegurar a reabilitação profissional do trabalhador e a adaptação do posto de trabalho que sejam necessárias ao exercício das funções.

Nova prestação pecuniária: frequência de ações no âmbito da reabilitação profissional.

O subsídio para frequência de ações no âmbito da reabilitação profissional necessárias e adequadas à reintegração do sinistrado no mercado de trabalho.

Palavras-chave: Seguro; acidentes de trabalho; reabilitação e reintegração profissionais.

Summary: Work Accident Insurance - A story that begins in 1913.

1913 – It is established to the employer's the responsibility for workers compensation accidents.

1919 – The working compensation insurance becomes legally mandatory for all employed workers. The employers are responsible for underwriting the insurance policy.

The legal work compensation insurance established several covers and benefits. Some occupational diseases were also guaranteed for a period of time. Concerning this subject, several changes were performed to better clarify the responsibility.

2000 – The working compensation insurance is also legal mandatory for all own account workers (self-employed).

2007 – The National table of disabilities for working compensation accidents and occupational diseases is reviewed and published.

It is also published the first National Disabilities Assessment Table applied to the civil law.

2010 – It takes effect the current working compensation law for accidents which introduces several important innovations concerning rehabilitation and professional reintegration, namely: Newbenefit in kind:

- Rehabilitation services as well as professional and social reintegration, including the necessary adaptation workstation required to pursuit the necessary labor relationship considering the degree of disability.

New “cash” benefit:

- Provides the payment of an amount established as necessary to rehabilitate with the appropriatereintegrationthe W.C. victimin the labor market.

Key-words: Insurance; work accidents; professional rehabilitation and reintegration.